

Impacto do COVID-19 na RAM

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje um “Em Foco” dedicado aos efeitos da pandemia COVID-19 na vida económica e social da Região, com base nos dados atualmente disponíveis nas diferentes áreas. Neste relatório, é dado destaque particular à informação complementar do Inquérito ao Emprego do 1.º trimestre deste ano, tentando-se cobrir a generalidade das áreas para as quais há informação de março e de abril já disponível.

1. Óbitos – Valores de março abaixo dos últimos dois anos, contrariamente a abril

Os primeiros casos diagnosticados com a doença COVID-19 em Portugal foram reportados a 2 de março de 2020, ocorrendo o primeiro óbito a 16 de março. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como pandemia em 11 de março de 2020. Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o primeiro caso de COVID-19 foi reportado a 17 de março, não se tendo verificado quaisquer óbitos motivados por esta doença até à data em que foi finalizado este destaque (15 de maio).

Segundo a informação preliminar obtida a partir dos assentos de óbito apurados no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC), na RAM, entre 1 de janeiro e 26 de abril, contabilizaram-se 916 óbitos de residentes na RAM, valor inferior ao período homólogo de 2019 (968) e de 2018 (1 050).

Daquele total, em março de 2020, ocorreram 240 óbitos de residentes na RAM, valor mais baixo dos últimos 2 anos.

Já entre 1 e 26 de abril, o número de óbitos ascendeu aos 206, superior ao do mesmo período de 2019 (185) e de 2018 (205).

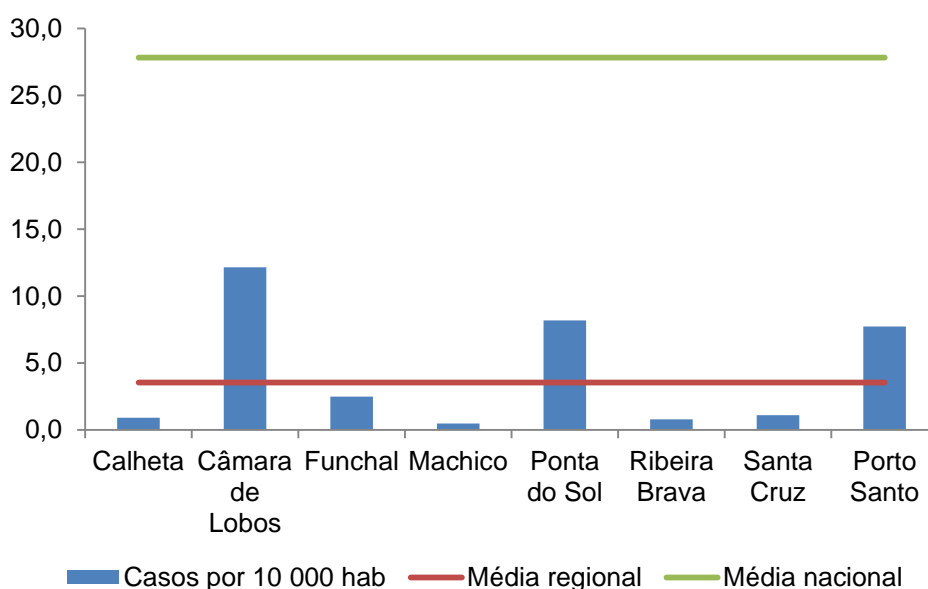
No intervalo temporal de 1 a 26 de abril de 2020, mais de dois terços (69,4%) dos óbitos foram de idosos com 75 ou mais anos, percentagem superior à do período 1 de janeiro a 26 de abril do mesmo ano (64,5%).



2. Saúde – Número de casos de COVID por habitante na RAM é bastante inferior à média nacional

A 15 de maio de 2020, na Região Autónoma da Madeira, o número de casos confirmados por 10 mil habitantes¹ era de 3,5, muito inferior ao do país (27,8 casos por 10 mil habitantes). Câmara de Lobos registava 12,2 casos confirmados por 10 mil habitantes, sendo o valor mais elevado observado a nível regional, mas ainda assim duas vezes menor que a média nacional. O Funchal, município mais populoso da RAM, apresentava um rácio inferior à média regional (2,5 casos por 10 mil habitantes).

Fig.1 – Número de casos confirmados de COVID-19 por 10 mil habitantes até 15 de maio



3. Mercado de trabalho – Taxa de desemprego no 1.º trimestre pode ser sido condicionada pelas medidas de contenção da pandemia

Conforme foi já divulgado pela DREM, a taxa de desemprego desceu para 5,6% no 1.º trimestre de 2020, um mínimo da série disponível (com início em 2011). Este resultado parece refletir um impacto ainda reduzido das medidas restritivas para controlo da pandemia do COVID-19, particularmente no mercado de trabalho, o que se explica pelo facto daquelas medidas terem vigorado em apenas 2 das 13 semanas do trimestre. Assim, os seus efeitos estão de certa maneira diluídos e não são evidentes. Porém, é de salientar que as pessoas anteriormente classificadas como desempregadas e pessoas que efetivamente perderam o

¹ Referencial é a população residente na RAM a 31 de dezembro de 2018, a última oficialmente disponível.



seu emprego devido à pandemia COVID-19, e que em circunstâncias normais seriam classificadas como desempregadas, podem agora ser classificadas como inativas, devido às restrições à mobilidade, à redução ou mesmo à interrupção dos canais normais de informação sobre ofertas de trabalho em consequência do encerramento parcial ou mesmo total de uma proporção muito significativa de empresas, razões pelas quais não fizeram uma procura ativa de emprego. Também a não disponibilidade para começar a trabalhar na semana de referência ou nos 15 dias seguintes, caso tivessem encontrado um emprego, por terem de cuidar de filhos ou dependentes ou por terem adoecido em consequência da pandemia, leva à inclusão na população inativa.

Note-se que as medidas de contenção da pandemia adotadas pelo Governo da República e pelo Governo Regional afetaram potencialmente os seguintes grupos de pessoas:

- Aqueles que não trabalharam na semana de referência por precisarem de tomar conta dos filhos em virtude das escolas terem fechado ou por precisarem de tomar conta de pessoas dependentes. Continuam a ser classificadas como empregadas se mantiverem uma remuneração igual ou superior a 50% do seu rendimento mensal habitual.
- Aquelas que não trabalharam na semana de referência por estarem em isolamento profilático/quarentena, aplicando-se a mesma disposição na situação face ao trabalho mencionada no ponto anterior.
- Aquelas que não trabalharam na semana de referência por se encontrarem em "layoff simplificado", mantendo-se classificadas como empregadas.

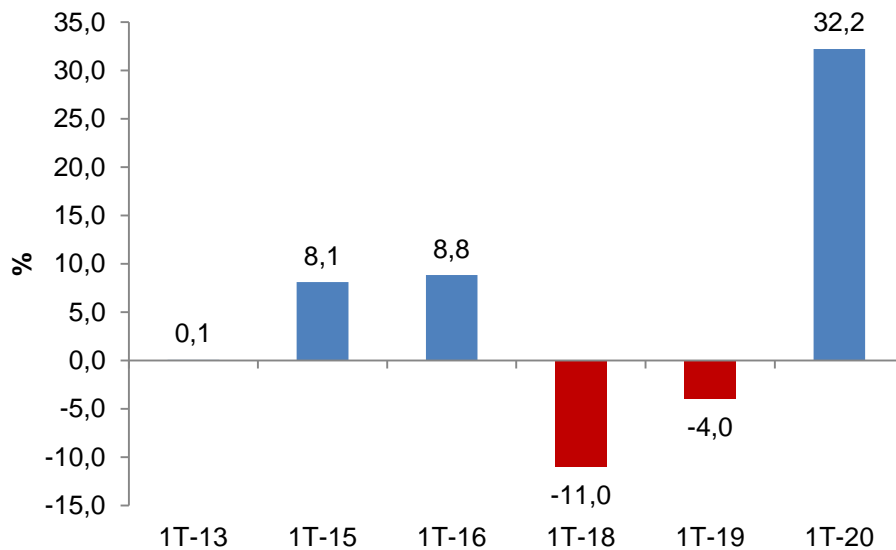
Com efeito, o 1.º trimestre de 2020 trouxe uma redução da população desempregada face ao trimestre anterior (2,0 mil) quase idêntica ao crescimento da população inativa (2,1 mil). A interpretação dos desenvolvimentos no mercado de trabalho no contexto de pandemia COVID-19, nomeadamente a evolução da taxa de desemprego observada no 1.º trimestre de 2020 e calculada de acordo com o conceito adotado pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), não pode assim ser dissociada do aumento da taxa de inatividade.

3.1 População empregada ausente do trabalho na semana de referência

No 1.º trimestre de 2020, a população empregada ausente do trabalho na semana de referência foi estimada para a RAM em 13,4 mil pessoas, verificando-se um aumento trimestral de 32,2% (+3,3 mil pessoas) e homólogo de 44,1% (+4,1 mil pessoas). Aquele valor de população empregada ausente do trabalho é mais elevado da série iniciada em 2011, com exceção dos observados nos 3.ºs trimestres de cada ano, que correspondem por norma, ao período mais alargado de férias de grande parte da população.



Fig.2 - Taxa de variação trimestral no 1.º trimestre da população empregada ausente na semana de referência



A fig.2 evidencia ainda o crescimento verificado nesta variável no 1.º trimestre de 2020 face ao trimestre precedente, que constitui o maior aumento face aos dados disponíveis (há informação não disponível para população empregada ausente do trabalho nalguns trimestres, por apresentar coeficiente de variação elevado). No caso do país, o aumento foi muito semelhante ao verificado para a RAM (33,0%), sendo que o principal contributo para a taxa de variação trimestral veio da redução ou falta de trabalho (inclui layoff). A dimensão da amostra da RAM não permite avaliar se esta é também a principal explicação para a evolução desta variável.

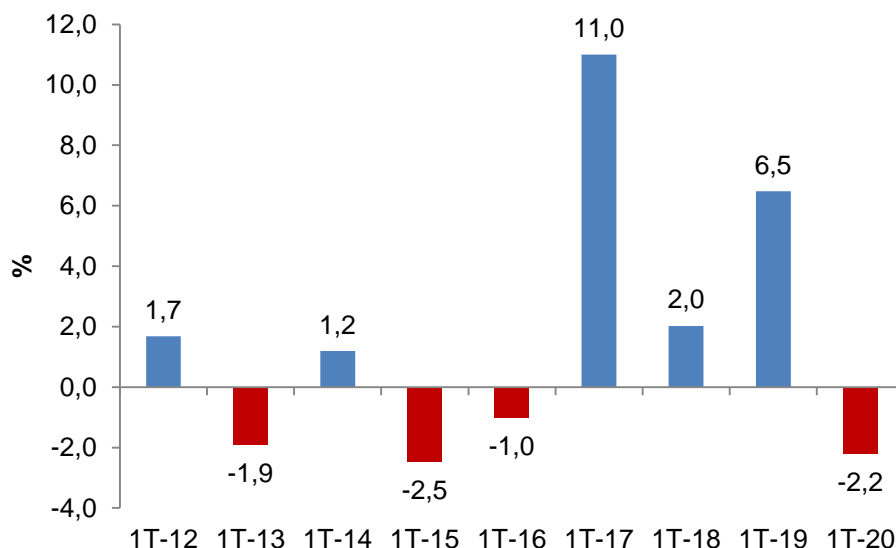
3.2 Horas efetivamente trabalhadas

No 1.º trimestre de 2020, foram efetivamente trabalhadas, em média, menos uma hora por semana que no trimestre anterior e menos 1,2 horas que no mesmo trimestre de 2019. As variações no volume total de horas trabalhadas foram de -2,2% em termos trimestrais e de -3,3% em termos homólogos.

A redução do número médio e do volume de horas efetivamente trabalhadas pode ser explicada pelo aumento da população empregada ausente do trabalho na semana de referência e cujas horas trabalhadas (zero) foram contabilizadas nestes indicadores, assim como pela redução da jornada de trabalho que pode ter ocorrido em algumas empresas e organismos da Administração Pública.



Fig.3 - Taxa de variação trimestral no 1.º trimestre do volume de horas efetivamente trabalhadas por semana



Conforme identifica a fig.3, a variação trimestral do 1.º trimestre de 2020 no que respeita ao volume de horas efetivamente trabalhadas por semana, é em termos negativos, a segunda maior da série disponível, sendo que a comparação homóloga mostra que é a maior para aquele trimestre desde o final do período de recessão económica (2013).

Entre os que trabalharam, 80,5% indicou ter trabalhado o mesmo número de horas enquanto 15,9% referiu ter trabalhado menos horas. O número dos que trabalharam menos horas passou de 13,0 mil no 4.º trimestre de 2019 para 18,4 mil no 1.º trimestre de 2020, sendo este o aumento mais pronunciado desta variável entre o 4.º trimestre de um ano e o 1.º trimestre do ano seguinte, em termos absolutos e relativos.

3.3 Desemprego registado

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM), em março de 2020, o número de desempregados inscritos cresceu 0,4% face ao mês precedente. Contudo, os efeitos das restrições para controlo da pandemia observam-se sobretudo nas inscrições de desempregados ao longo do mês (-29,1%, comparativamente a fevereiro de 2020), nas ofertas de emprego captadas ao longo do mês (-23,0%) e nos inseridos no mercado de trabalho ao longo do mês (-27,6%).



4. Comercialização de vinho “Madeira” – Mercado comunitário fortemente penalizado em março

Em março de 2020, as vendas de Vinho “Madeira” em quantidade diminuíram 32,2% em termos homólogos, não obstante o valor ter aumentado 6,1%. O mercado comunitário foi o mais penalizado com um recuo de 63,8% nas quantidades e de 53,0% no valor.

5. Empresas – Mais de metade das empresas espera redução do volume de negócios acima dos 50%

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Portugal (BdP) criaram um inquérito rápido e excecional para acompanhamento dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas empresas.

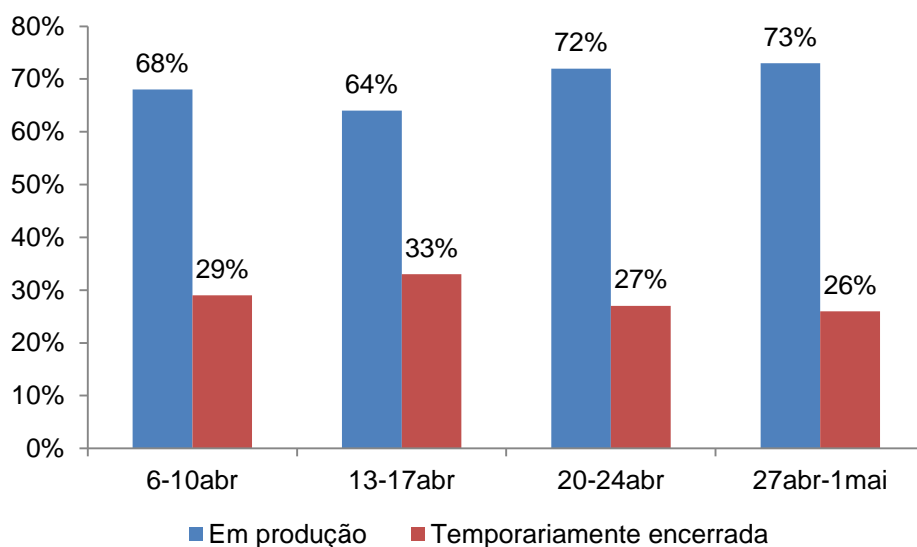
A DREM, que coordena a recolha de informação na RAM, tem vindo a divulgar semanalmente os resultados desta operação estatística.

Segundo os últimos dados (referentes à semana de 27 de abril a 1 de maio) desta operação estatística:

- 73% das empresas estavam em produção ou em funcionamento e 26% temporariamente encerradas;
- 87% das empresas referiram que a pandemia conduziu a uma diminuição no volume de negócios e 11% assinalaram não existir impacto;
- 51% das empresas declararam uma redução superior a 50% no volume de negócios e 33% uma diminuição entre 10% e 50%;
- 68% das empresas respondentes reportaram reduções no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar, enquanto 31% informaram não ter havido impacto;
- 39% declararam uma redução superior a 50% no número de funcionários efetivamente a trabalhar e 16% apontaram para diminuições entre 10% e 50%.



Fig.4 – Situação das empresas com sede na RAM, em % do total de empresas



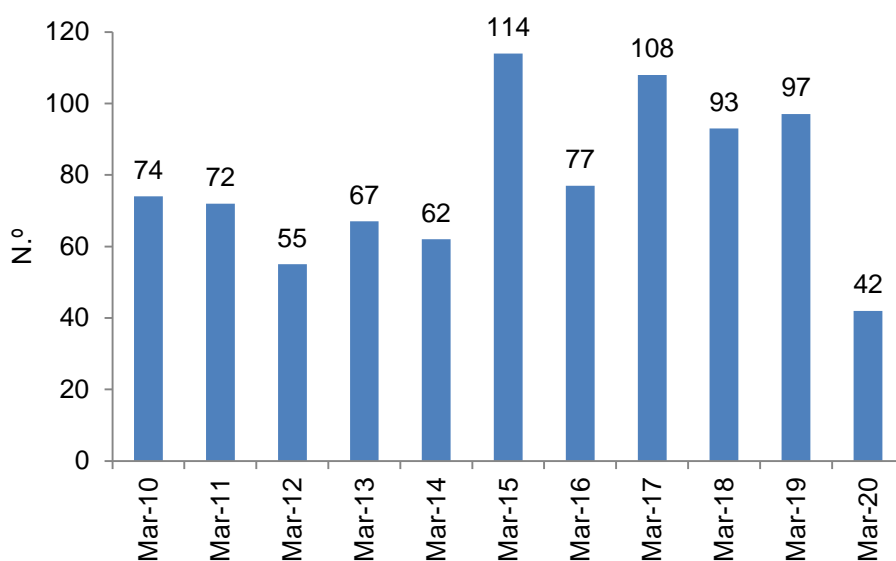
Para mais informações sobre os resultados deste inquérito, clique [aqui](#).

6. Sociedades constituídas e dissolvidas – Número de constituição de sociedades em março foi a mais baixa dos últimos 5 anos e meio

Os dados fornecidos pela Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) ao INE referentes a março, mostram uma forte desaceleração na constituição de empresas. Com efeito, em fevereiro foram constituídas 86 empresas e em março apenas 42. É o valor mais baixo desde setembro de 2014. Em termos de saldo entre constituições e dissoluções, o saldo foi de apenas +5.



Fig.5 – Sociedades constituídas na RAM, em março



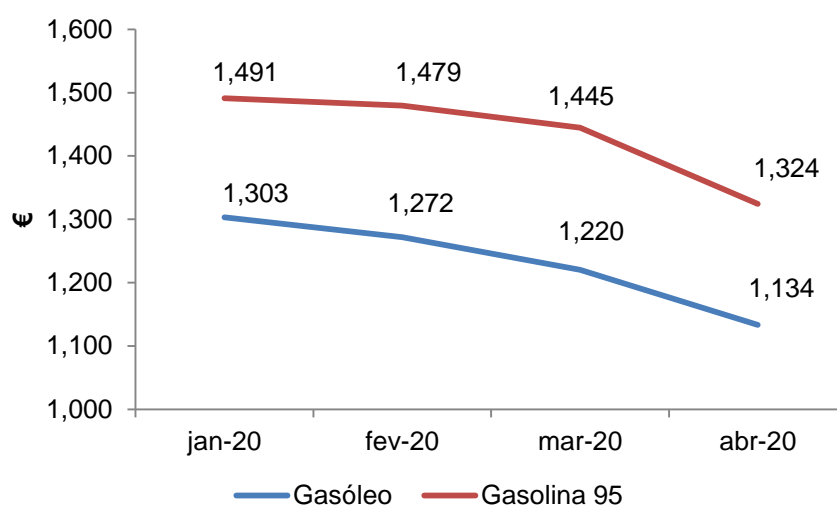
7. Introdução no consumo de combustíveis – Preços dos principais combustíveis afundaram em abril

Em termos homólogos, no mês de março observou-se um recuo muito pronunciado na introdução no consumo de combustíveis de 19,1%, depois de em janeiro e em fevereiro se terem registado crescimentos de 0,3 e 3,0%, respetivamente.

O preço dos principais combustíveis também diminuiu. Em janeiro o preço médio do gasóleo fixou-se em 1,303€, caindo progressivamente em fevereiro para 1,272€, em março para 1,220€, e de forma mais acentuada em abril para 1,134€. No caso da gasolina de 95 octanas, a tendência foi a mesma, conforme evidencia a fig.5. Em janeiro, o preço deste tipo de combustível ascendia aos 1,491€, enquanto em abril não ultrapassava os 1,324€.



Fig.6 – Média dos preços máximos de alguns combustíveis



8. Emissão de energia elétrica – Redução acentuada na emissão de energia desde a 2.ª quinzena de março

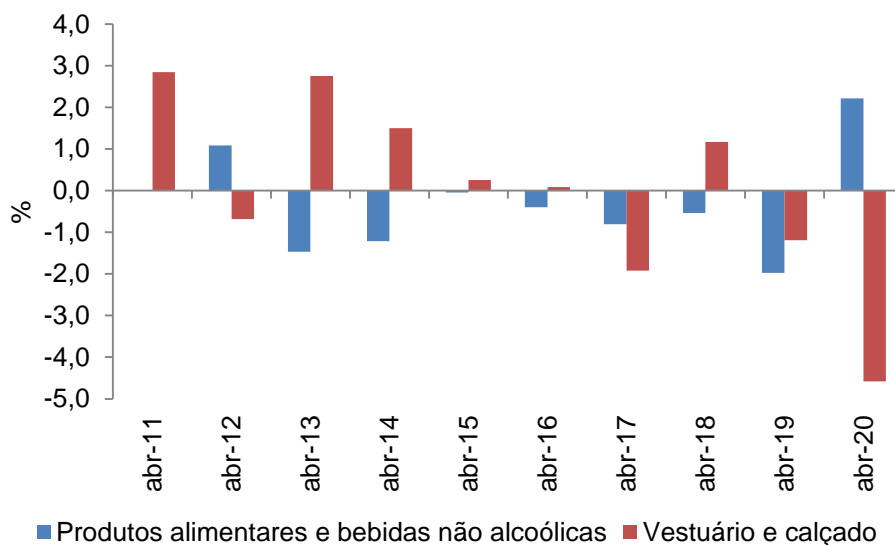
Segundo os dados disponibilizados pela EEM, SA, a emissão de energia elétrica em janeiro cresceu em termos homólogos 1,3%, acelerando para 5,4% em fevereiro. Esta tendência de crescimento inverteu-se a partir de meados de março, determinando que a variação homóloga deste mês fosse negativa (-3,0%). Na segunda quinzena deste mês, a redução homóloga foi superior a 9% enquanto em abril estima-se que ronde os 16%.

9. Índice de Preços no Consumidor – Preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas aumentaram em abril face ao mês anterior

A taxa de inflação de abril – variação média dos últimos 12 meses – foi de -0,7%, continuando a acentuar-se a tendência negativa desta variável macroeconómica na Região. Porém, face ao mês anterior, os preços cresceram 1,1%, sendo de salientar o aumento dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+2,2%). Ao invés, os preços do vestuário e calçado caíram 4,6%. De registar a singularidade destas variações em comparação com as taxas de variação mensais de abril destas classes de produtos dos últimos dez anos, conforme evidencia a fig.7.



Fig.7 – Taxa de variação mensal de abril do IPC dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e do vestuário e calçado



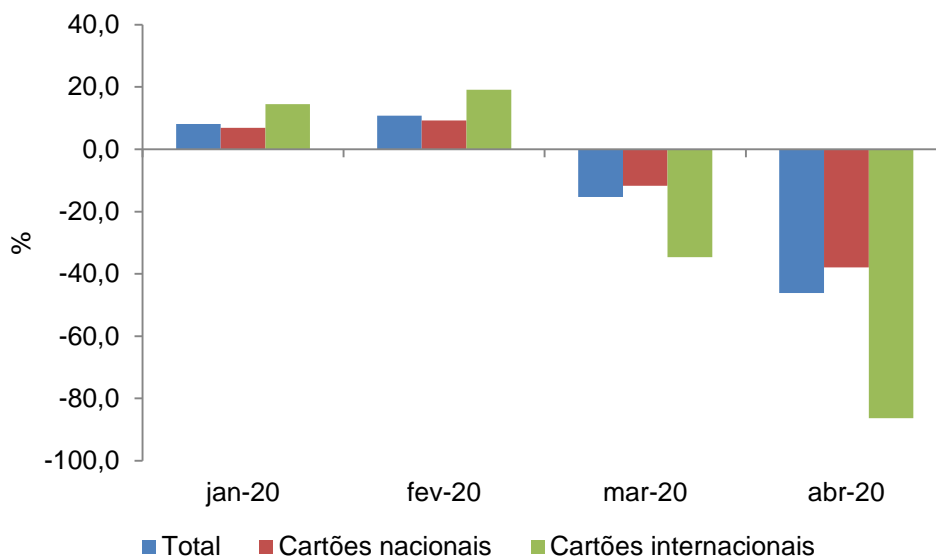
10. Rede Multibanco – Evolução em março e abril dos montantes movimentados em operações no Multibanco prenunciam forte quebra do consumo privado

Segundo os dados fornecidos pela empresa SIBS, o agregado dos levantamentos e dos pagamentos através de terminais de pagamento automático (TPA) cresceu em janeiro (+8,1%) e em fevereiro (+10,8%), recuando em março cerca de 15,3%. Neste mês, os montantes movimentados com cartões nacionais diminuíram 11,7%, enquanto nos internacionais a quebra foi de 34,6%. Os levantamentos diminuíram 18,0% e as compras através de TPA desceram 13,5%.

Conforme esperado, os dados de abril evidenciam um cenário ainda mais negativo, com o agregado dos levantamentos e dos pagamentos através de TPA a cair 46,1%. Os montantes movimentados com cartões nacionais diminuíram 38,0% enquanto no caso dos internacionais houve um recuo de 86,3%. Os levantamentos retrocederam 43,7% em termos homólogos, enquanto as compras através de TPA caíram ainda mais (-47,7%).



Fig. 8 – Taxa de variação homóloga dos levantamentos agregados aos pagamentos através de TPA



11. Transportes – Número de passageiros nos transportes aéreos, marítimos e terrestres com quebras pronunciadas em março

De acordo com a informação fornecida pela APRAM, o número de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro nos portos da RAM em março caiu 71,3%, não ultrapassando os 21 993. Aquele número de passageiros é o mais baixo desde 2002. 68% das escalas previstas foram canceladas em março, 100% em abril e 77% em maio.

Nos aeroportos da RAM, as medidas restritivas para contenção do COVID-19 também se fizeram sentir. Com efeito, o movimento de passageiros (embarcados, desembarcados e em trânsito) nos dois aeroportos da RAM em março de 2020 rondou os 138,4 mil, cerca de metade do que se contabilizou um ano antes (276,6 mil) e que é o número mais baixo desde 1996 no mês de março.

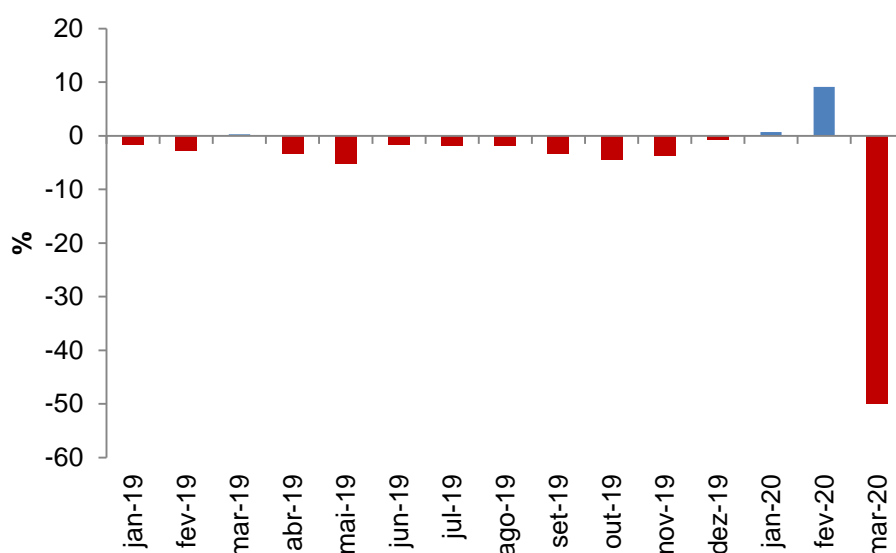
As empresas de transporte coletivo de passageiros por meio de autocarro também se ressentiram da conjuntura, com o número de passageiros transportados nas carreiras urbanas e interurbanas a ficar abaixo dos 1,4 milhões em março de 2020, o que traduz uma queda de 35,1%. É o valor mais baixo para março na série desta variável, que tem início em 1976.



12. Turismo – Dormidas com quebras homólogas próximas de 50% em março

Depois de um início de ano que prenunciava a retoma de um sector que registou perdas em 2019, a contenção da pandemia COVID-19 afetou severamente a atividade turística. Com as dormidas do alojamento turístico coletivo a crescerem 0,7% em janeiro e 9,1% em fevereiro, em termos homólogos, a variação de março (-49,9%) evidencia o impacto brutal que a conjuntura atual tem na atividade do alojamento. Os proveitos também caíram 48,0% naquele mês, sendo que o único dos indicadores principais que não evidenciou perdas foi o ADR (rendimento médio por quarto utilizado), que cresceu 6,5%.

Fig. 9 – Taxa de variação homóloga das dormidas no alojamento turístico coletivo



Ainda neste domínio, o INE desenhou um anexo que visa questionar os estabelecimentos de alojamento turístico sobre as reservas e cancelamentos no período de março a agosto de 2020. As principais conclusões são as seguintes:

- 91,8% dos estabelecimentos indicaram que a pandemia do COVID-19 motivou o cancelamento de reservas para os meses referidos, sendo o tipo de alojamento mais afetado, a hotelaria;
- 92,5% dos estabelecimentos reportaram cancelamentos de reservas para o mês de março e 97,5% para abril. A percentagem desce progressivamente até agosto, mês no qual ainda assim cerca de dois terços (65,0%) dos estabelecimentos tiveram cancelamento de reservas.



- os cancelamentos afetaram sobretudo os mercados alemão (referido por 72,9% dos estabelecimentos), francês (59,3%) e do Reino Unido (49,6%).

Para mais informações sobre os resultados deste anexo, clique [aqui](#).



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"